



AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS

Autora: Amanda Moura
Outubro de 2020
Poço Verde/SE

A proposta para aquisição e distribuição de sementes crioulas foi elaborada em 2017 pelo Movimento Camponês Popular (MCP) para suprir a demanda de comercialização de sementes crioulas existente entre as famílias agricultoras vinculadas ao Movimento em Sergipe. O trabalho para potencialização da autonomia do campesinato por meio da conservação de sementes crioulas vem sendo desenvolvido pelo MCP desde as origens do movimento, em 2008, no estado de Goiás, região do Brasil marcada pela extensa produção de grãos e pelo grande cultivo de transgênicos. Como forma de contribuir para libertar agricultores e agricultoras camponeses da dependência de consumo das sementes transgênicas e híbridas, o MPC firmou como linha nacional de trabalho o resgate, a produção, a conservação, o beneficiamento e a comercialização de sementes crioulas, com foco nas culturas do milho, feijão e arroz, que são a base da alimentação da população brasileira, e ampliou o cultivo de outros alimentos a depender da realidade de cada estado em que o movimento se articula.

Atuando em Sergipe desde 2016, o MCP vem desenvolvendo ações para apoio e fortalecimento da autonomia das famílias agricultoras das regiões sul e centro sul do estado, são elas: Lagarto, Poço Verde, Tobias Barreto, Itabaianinha, Tomar do Geru, Umbaúba, Cristinápolis e Estância. O trabalho com as variedades do milho crioulo se destaca. A partir dos esforços de articulação entre agricultores/as, gestão pública e parcerias para beneficiamento dos grãos, tem sido possível conquistar a autonomia de todo o ciclo produtivo do milho crioulo, desde a semeadura até a farinha de cuscuz, o que inclui as etapas da colheita, beneficiamento do milho e comercialização do cuscuz, esse importante símbolo da cultura alimentar sergipana e nordestina. Além do milho, estão sendo resgatadas, produzidas, beneficiadas e comercializadas sementes de feijão. Amendoim e macaxeira são outros alimentos tipicamente nordestinos que têm sido identificados como potenciais a serem trabalhados pelo MCP em Sergipe.

De acordo com o sergipano, agroecólogo e coordenador estadual do MCP, Philipe Caetano, “a comercialização é um dos gargalos do processo produtivo da agricultura familiar camponesa”. Dessa forma, destaca Philipe, “há de se pautar o poder público, nos seus diversos âmbitos, para que sejam construídas e executadas políticas públicas que apoiem todo o ciclo produtivo da agricultura familiar”. Ainda de acordo com o coordenador estadual do MCP, “é necessário desenvolver estratégias para sustentabilidade econômica da agricultura camponesa. Estimular a produção sem criar saídas para a comercialização não garante a autonomia das famílias. Sem retorno econômico, as agricultoras e agricultores tendem a buscar outras possibilidades para produzir, o que pode levar à adesão do cultivo de sementes transgênicas.” A partir dessa concepção, o MCP vem trabalhando na direção de construir saídas econômicas que potencializam a utilização de sementes crioulas pelos camponeses e camponesas. Nesse sentido, busca-se a valorização, também, monetária das sementes, de forma a contrapor a lógica difundida de que as sementes transgênicas são mais produtivas. Desse modo, as famílias agricultoras encontram respaldo econômico para investirem e resistirem produzindo as sementes crioulas. Essa estratégia para a valorização das sementes inclui o empenho do MCP em acessar políticas públicas já existentes, como o PAA Sementes, e, também, em criar canais para comercialização junto às prefeituras municipais.

Os diálogos com as prefeituras dos municípios onde se organiza o MCP em Sergipe foram iniciados a partir da necessidade de escoar a produção das sementes produzidas pelas famílias vinculadas ao movimento. Naquele momento, o MCP não tinha estruturas para seleção e beneficiamento das sementes, como também não havia grandes produções disponíveis. Era uma produção pequena, mas com significado imenso de luta pela preservação da identidade e biodiversidade de um território. Foi a partir dessa demanda que a coordenação estadual e municipal do MCP, em conjunto com as lideranças das comunidades, apresentou às prefeituras dos municípios, onde o Movimento tem inserção, a proposta de aquisição direta e distribuição de sementes crioulas. Dentre os 8 municípios contactados, 5 apoiaram a iniciativa e destinaram recursos do orçamento municipal para a aquisição sementes de milho e feijão crioulos provenientes da agricultura familiar camponesa. Desde 2017 até o ano atual, a ação vem sendo executada nos Municípios de Lagarto, Tobias Barreto, Itabaianinha, Tomar do Geru e Poço Verde e já beneficiou 80 famílias agricultoras.

Por sugestão de Philipe Caetano, o aprofundamento da sistematização dessa experiência será feito considerando o histórico da ação no Município de Poço Verde. Essa

indicação considerou o critério do posicionamento evidente da gestão municipal em apoiar a pauta agroecológica. Assim, esse recorte pretende auxiliar na visibilização da articulação política dessa ação, tomando Poço Verde como um município de referência na construção participativa de ações que fortalecem a agricultura familiar camponesa.

A articulação da ação com as estruturas e projetos já existentes no município tem o propósito de fortalecer o princípio da construção política estrutural e potencializar os vínculos entre as famílias agricultoras e os espaços de referência que nutrem as dinâmicas de construção da agroecologia e da soberania popular. A partir desta perspectiva, construiu-se a metodologia para distribuição das sementes com o envolvimento das 3 casas de sementes existentes no município, que são oriundas do projeto implementado pela Articulação do Semiárido (ASA) em parceria com a Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC). Em diálogo com os grupos que organizam as casas de sementes, foi consolidado o critério de que a família agricultora deveria estar vinculada a alguma casa do município. No caso de Poço Verde, existem 3 casas que estavam funcionando com capacidade inferior ao potencial que possuem para armazenamento de sementes. Dessa forma, a implementação desse critério aqueceu as dinâmicas de atuação das Casas de Sementes à medida que estimulou o compromisso das famílias em contribuir para a manutenção desse importante espaço de referência para a reprodução da vida no campo. A partir do vínculo com as casas de sementes, fica acordado com as famílias a devolução, no ano seguinte, de 20% a mais da quantidade de sementes recebidas no ano anterior. Garante-se, portanto, a manutenção da casa, que alimenta e é alimentada por meio de dinâmicas sinérgicas protagonizadas pela organização da agricultura familiar camponesa.

O momento de entrega das sementes também constitui oportunidade de fortalecer e visibilizar o conteúdo político da ação. A realização de ato público e da integração com outros eventos, como por exemplo a entrega das sementes provenientes do PAA, explicita o compromisso da gestão municipal em abrir espaços para diálogos e para a execução de ações articuladas em conjunto com a sociedade civil, potencializando a diversidade de iniciativas que apoiam a produção camponesa e desenvolvem a sua soberania alimentar.

O avanço para a construção da autonomia das famílias agricultoras, a conservação das variedades crioulas, o aumento da produtividade do milho crioulo no município e, conseqüentemente, a geração de renda para o campesinato são os principais efeitos a serem destacados nessa ação. Importante citar que o investimento de R\$ 8.000,00 que o município faz é de pequena monta se levado em consideração o ganho que o projeto proporciona. Desde a sua implementação, estão sendo adquiridos e distribuídos

anualmente 1.000 kg de sementes de milho crioulo em Poço Verde. A distribuição é feita considerando 1 saco de 20kg por família. No ano seguinte, cada família se compromete em retornar 24kg (20kg + 20%) de sementes para a Casa. Essa metodologia de retorno das sementes para a casa faz parte da sua política de funcionamento. Por conseguinte, é importante destacar os resultados obtidos, também, para as sementes de feijão distribuídas via PAA que, a partir da devolução posterior dos 20kg + 20%, garantiu, no ano de 2020, a autonomia do município em relação a essa variedade, não sendo necessária a compra de sementes de feijão. A distribuição dessa cultura foi feita diretamente pelas casas de sementes aos agricultores e agricultoras vinculados.

As famílias que atuam na produção das sementes participam ativamente do processo de beneficiamento dos grãos e em alguns casos se envolvem nos diálogos com a gestão municipal. No caso de Poço Verde, cerca de 30 famílias agricultoras participaram do processo produtivo. Deste modo, é importante destacar, como resultado dessa iniciativa, o caminho aberto para o estreitamento dos diálogos entre os movimentos sociais e o poder público municipal. A partir dessa abertura que tem gerado efeitos positivos e resultados importantes, torna-se evidente o potencial de atuação dos municípios para a implementação de uma política pública municipal para aquisição e distribuição de sementes crioulas.

